

**RUDIMAR BALDISSERA, BASILIO SARTOR &  
CARLISE SCHNEIDER**

## **A MÍDIA E O DEBATE PÚBLICO SOBRE CONTROLE DO TABACO: ENTRE A SAÚDE E A ECONOMIA**

*LOS MEDIOS Y EL DEBATE PÚBLICO SOBRE EL  
CONTROL DEL TABACO: ENTRE LA SALUD Y LA  
ECONOMIA*

*THE MEDIA AND THE PUBLIC DEBATE ON  
TOBACCO CONTROL: BETWEEN HEALTH AND  
ECONOMY*

*Recebido em: 31 jan. 2015  
Aceito em: 24 jul. 2015*

**Rudimar Baldissera:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS, Brasil).  
Relações Públicas, Doutor em Comunicação Social e Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS.  
**Contato:** [rudimar.baldissera@ufrgs.br](mailto:rudimar.baldissera@ufrgs.br)

**Basilio Sartor:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS, Brasil).  
Jornalista, mestre em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS) e doutorando em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS).  
**Contato:** [basiliosartor@hotmail.com](mailto:basiliosartor@hotmail.com)

**Carlise Schneider:** Universidade Federal do Rio Relações Públicas, Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e Pós-Doutoranda em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS).  
**Contato:** [carlise.schneider@ufrgs.br](mailto:carlise.schneider@ufrgs.br)

**ISSN (2236-8000)**

## RESUMO

A produção e a comercialização do tabaco têm sido objeto de um intenso debate público em nível mundial e, particularmente, no Brasil. Além de aspectos econmicos e políticos, o tema do controle do tabaco implica questões socioculturais (símbolos, discursos, representações). Nesse contexto, a média apresenta-se como arena privilegiada para as disputas simbólicas entre empresas, ONGs, rgos governamentais e outros agentes envolvidos no embate. Nessa perspectiva, o artigo tem como objetivo analisar as representações do debate público sobre controle do tabaco em matérias jornalísticas brasileiras sobre a 5 Conferência das Partes (COP 5), evento voltado à promoção de políticas antitabagistas em todo mundo. A partir da análise, afirma-se que tais representaes tendem a enfatizar os aspectos econmicos do debate em detrimento das questes ligadas  saúde pública e ao meio ambiente.

**PALAVRAS-CHAVES:** Comunicação; Representaes; Debate público; Mdia; Tabaco.

## RESUMEN

La producción y la comercialización del tabaco han sido objeto de un intenso debate público en nível mundial y particularmente en Brasil. Además de los aspectos econmicos y políticos, el tema del control del tabaco implica cuestiones socioculturales (símbolos, discursos, representaciones). En este contexto, los medios se presentan como una arena privilegiada para las disputas simbólicas entre empresas, ONG, agencias gubernamentales y otros agentes envueltos en la confrontación. En esta perspectiva, el artículo objetiva analizar las representaciones del debate público sobre el control del tabaco en los artículos periodísticos brasileños acerca de la Quinta Reunión de la Conferencia de las Partes (COP5), un evento destinado a promover políticas antitabaco en todo el mundo. A partir del análisis, se argumenta que tales representaciones del debate tienden a enfatizar aspectos econmicos em detrimento de cuestiones relativas a la salud pública y el medioambiente.

**PALABRAS-CHAVES:** Comunicación; Representaciones; Debate público; Medios de comunicación; Tabaco.

## ABSTRACT

The production and commercialization of tobacco have been subject of an intense public debate worldwide and particularly in Brazil. Beyond economic and political aspects, the topic of tobacco control implies sociocultural issues (symbols, discourses, representations). In this context, the media presents itself as a privileged space for symbolic disputes between companies, NGOs, governmental agencies and others agents involved in the clash. In this perspective, the article intends to analyze the representations of public debate on tobacco control in Brazilian newspaper features concerning the 5th Session of the Conference of the Parties (COP5), an event aimed at the promotion of anti-smoking policies in the whole world. From the analysis, it is argued that such representations of the debate tend to emphasize its economic aspects over issues related to the public health and the environment.

**KEYWORDS:** Communication; Representations; Public debate; Media; Tobacco.

## O CONTEXTO: A QUESTÃO DO TABACOE A CQCT

A produção, a comercialização e o consumo do tabaco têm sido objeto de um intenso debate público em nível mundial. O tabaco é uma cultura agrícola não alimentícia importante na economia de mais de 150 países, e sua cadeia produtiva envolve, no mundo, 2,2 milhões de pessoas, incluindo fabricantes de agroquímicos, vendedores de máquinas e implementos agrícolas, transportadores, distribuidores, agricultores do tabaco, safristas, trabalhadores em usinas de processamento, exportadores, fabricantes de cigarros e varejistas (AFUBRA, 2015). Nos últimos anos, a produção desse cultivo aumentou. Se na safra 2011/2012 foram produzidas, mundialmente, 727 mil toneladas, em 2014 a produção aumentou para 751 mil toneladas. O número de famílias produtoras, contudo, vem diminuindo. Em 2012, eram 165 mil famílias e, em 2014, 162 mil (AFUBRA, 2015).

Nesse contexto, o Brasil figura como o segundo maior produtor mundial e o maior exportador mundial de tabaco (SINDITABACO, 2015), sendo que o cultivo do fumo em folha concentra-se nos três estados da região Sul do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As principais e maiores empresas de cigarros que operam no país são a Souza Cruz, subsidiária da *British American Tobacco*, a Philip Morris do Brasil, integrante do grupo *Philip Morris International*, e a Universal Leaf Tobacco Company, integrante do grupo *Universal Corporation*.

Em 2005, ao assinar um tratado internacional de saúde pública denominado “Convenção-Quadro do Controle do Tabaco (CQCT)”, o Brasil – assim como os demais países signatários – comprometeu-se a tomar medidas para o controle e o estímulo à redução espontânea do consumo de cigarros e assemelhados, bem como a implementar políticas destinadas a salvaguardar as famílias cuja subsistência, hoje, depende da produção do tabaco. Esse compromisso implica ainda a geração de oportunidades para diversificação da produção e melhoria das condições de trabalho, saúde e gestão ambiental nas áreas dedicadas ao cultivo desse produto. Com a CQCT, o tabagismo e as questões a ele associadas consolidam-se como temas de interesse público que motivam intensos embates discursivos, protagonizados por agentes do Estado e da sociedade civil, no âmbito da esfera pública (HABERMAS, 2003).

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar as representações<sup>1</sup> do debate público sobre controle do tabaco em matérias jornalísticas publicadas nos jornais brasileiros *A Gazeta do Sul*, *Zero Hora* e *O Estado de São Paulo*, sobre a 5ª Conferência das Partes, evento realizado de 12 a 17 de novembro de 2012, em Seul, na Coreia do Sul, para promover a implementação da CQCT. A 5ª Conferência das Partes (COP 5) é considerada o evento mais importante, em nível mundial, para o debate sobre as medidas de controle do tabaco, provocando um intenso processo de comunicação pública do qual tomam parte as ONGs antitabagistas, os órgãos governamentais de saúde pública e as diversas organizações ligadas ao setor produtivo do tabaco. Os três periódicos selecionados neste estudo representam, de um lado, a cobertura jornalística do evento realizada por meios de comunicação vinculados à região produtora de tabaco (*A Gazeta do Sul* e *Zero Hora*, ambos situados no estado do Rio Grande do Sul), e, de outro, o tratamento conferido ao evento por parte de um jornal brasileiro

<sup>1</sup> Entende-se por representações “[...] a produção do sentido dos conceitos [...] pela linguagem. Ela é o elo entre conceitos e linguagem que nos permite referir ao mundo ‘real’ dos objetos, pessoas ou eventos, assim como ao mundo imaginário de objetos, pessoas e eventos fictícios” (HALL, 1997: 3). Ainda na perspectiva de Hall (1997), trata-se, portanto, da relação entre objetos, conceitos e signos. Dito de outro modo, é a forma sob a qual grupos ou instituições percebem e comunicam determinados aspectos da realidade, suas visões de mundo e os sentidos que produzem através da linguagem.

de referência (*O Estado de São Paulo*).

Antes de apresentar a metodologia adotada no estudo e os resultados da análise empírica, importa refletir sobre alguns aspectos socioculturais relacionados ao tema do controle do tabaco, bem como sobre a pertinência da comunicação midiática para o debate público acerca dessa questão.

#### TABACO, CULTURA E COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

Nas últimas décadas, a partir das evidências científicas que relacionam o consumo de cigarro a diversas doenças, verifica-se um processo de mudança nas representações sobre a produção e comercialização do tabaco em todo mundo.

No Brasil, tal cenário de mudança começou a se constituir na década de 1980, quando surgiram as primeiras advertências (“Fumar faz mal à saúde”) na publicidade associada ao cigarro. Posteriormente, nos anos 1990, a Lei 9.294/1996 vetou qualquer forma de publicidade do produto e obrigou a existência de espaços destinados exclusivamente para o consumo de tabaco em ambientes fechados, os chamados “fumódromos”. Mais tarde, tal legislação foi alterada pela Lei 12.546/2011, que estabeleceu a proibição total do consumo em ambientes coletivos fechados. Os gastos com saúde pública decorrentes das doenças causadas pelo tabagismo<sup>2</sup>, considerados exorbitantes, passaram a ser empregados como argumento importante para a regulamentação de medidas cada vez mais restritivas.

Dentre as questões institucionais que atualmente abalam o setor tabagista, a CQCT, além de fomentar as proibições em publicidade e propaganda e a adoção de medidas em relação aos aditivos nos cigarros, como o açúcar, também, indiretamente, exerce pressão para que sejam implementadas ações governamentais no sentido de aumentar as cargas tributárias como alternativa para a diminuição de acesso a esse produto. Em 2011, acirrou-se no Brasil o debate sobre o aumento dos impostos do cigarro pelo governo federal, resultando em elevação no preço do produto para o usuário. Nesse contexto, portanto, não estão em jogo apenas questões de saúde pública, mas também políticas. Destaca Gamson (2011) que cada questão política, objetivando a construção de sentido, apresenta um conjunto de ideias e símbolos usados em fóruns públicos. Assim, os discursos e práticas da saúde, politicamente mobilizados e carregados de símbolos e ideias, podem ser considerados elementos relevantes para as mudanças institucionais na cadeia produtiva desse cultivo.

Como consequência de todo esse processo, o cigarro, gradativamente, deixou de ser associado ao *glamour* da tela dos cinemas (o “belo”, o “estético”, o “s sofisticado”, o “charmoso”) e passou a ser relacionado ao acontecimento da doença e da morte (o “feio”, o “sujo”, o “degenerado”), tornando-se um problema de saúde pública e impondo restrições cotidianas tanto ao consumo (fumante) quanto à produção (indústria). Às mudanças nas representações do cigarro correspondem novos comportamentos e transformações culturais relacionadas tanto à produção quanto ao consumo do tabaco. Assim, por exemplo, hábitos que no passado apresentavam-se como “naturais”, tais como fumar em restaurantes ou aeroportos, passaram a carregar sentido negativo e, aos poucos, foram sendo vetados, não apenas por força da lei, como também por efeito da crescente reprovação social a tais comportamentos.

<sup>2</sup> Conforme relatório do World Bank (1999) a OMS estima gastos com saúde pública de 200 bilhões de dólares/ano no mundo (aposentadorias por invalidez e tratamento de doenças cardiovasculares, respiratórias e câncer). No Brasil, estes tratamentos custaram, ao Sistema Único de Saúde (SUS), quatrocentos milhões de reais em 2005.

Nesse processo, a comunicação tende a assumir centralidade. Na arena midiática, organizações privadas, ONGs antitabagistas e órgãos governamentais voltados à saúde pública, discursivamente, disputam visibilidade, credibilidade, legitimidade e capital simbólico (BOURDIEU, 2007). Mediante o acionamento de diferentes estratégias de comunicação, aqui compreendida “[...] como processo de construção e disputa<sup>3</sup> de sentidos” (BALDISSERA, 2004: 128), essas forças em embate procuram promover e tornar públicos seus interesses e suas representações de mundo – suas “verdades” –, bem como obter opiniões favoráveis. Assim, em sentido estratégico, cada organização, mais do que avaliar os alvos e as ameaças, seus pontos fortes e fracos, tende a estudar os códigos culturais das forças contrárias para, a partir disso, implementar estratégias que possam diminuir o nível das resistências de tais forças que, de alguma forma, não compactuam com seus desejos e fazeres.

Dessa forma, assim como é possível afirmar que o viés econômico atravessa todo o sistema produtivo e de consumo do tabaco, também parece evidente que as questões simbólicas (imaginários, representações, cultura) são permanentemente acionadas pelo sistema para, discursivamente, reforçar determinadas concepções, mitos, tabus, “verdades” e ritos em detrimento de outras visões de mundo. Da mesma forma, também é pela comunicação que determinadas concepções de mundo, assumidas como verdades pelos diferentes sujeitos, podem ser questionadas e, mesmo, revistas. Nesse cenário em que a mídia apresenta-se como arena privilegiada para as trocas de argumentos e disputas simbólicas, os diversos agentes do Estado e da sociedade civil envolvidos no debate procuram agendar as mídias no intuito de dar visibilidade às suas posições.

De um lado, tem-se as ONGs e órgãos de saúde do governo que, assumindo o tema da saúde pública como sendo de inquestionável interesse público, evidenciam os danos que o tabaco gera à saúde humana (seja para os que trabalham na sua produção, seja para seus consumidores) e, discursivamente, procuram desqualificar as organizações da cadeia produtiva do tabaco; de outro lado, as organizações do setor tabagista também tornam presente a ideia do interesse público à medida que ressaltam o argumento da liberdade individual de escolha, ou seja, o direito de os sujeitos poderem optar por fumar ou não e, com isso, apresentam-se como isentas de responsabilidade sobre tal decisão. Além disso, também enfatizam as perdas econômicas que as restrições à produção do tabaco podem acarretar para as regiões que dependem desse cultivo.

Vale salientar aqui que a noção de interesse público apresenta um sentido impreciso e “elástico”, e, por isso, tende a ser utilizada estrategicamente por diferentes grupos, para legitimar visões de mundo diversas e mesmo antagonicas entre si. O princípio do “bem comum”, base filosófica da ideia de primazia do interesse público (BOBBIO, 2012), não estabelece critérios objetivos capazes de determinar a priori qual dos argumentos em disputa num dado debate público estão alinhados ao interesse público ou a interesses privados. Como questiona Bobbio (2000: 37):

[...] numa sociedade composta de grupos relativamente autônomos que lutam pela sua supremacia, para fazer valer os próprios interesses

<sup>3</sup> Assumindo-se a perspectiva de Foucault (1996), para quem toda relação é uma relação de forças, e considerando-se que comunicação implica sempre relação, pode-se dizer que os processos comunicacionais também comportam disputa. Nesse prisma, não se trata de disputa física ou associada à ideia de dominação/sujeição. O que se busca evidenciar são as tensões que se estabelecem entre os sujeitos (forças) em relação comunicacional. Sujeitos que, a partir de seus lugares de fala (de percepção e compreensão de mundo), mesmo quando se tratam de intenções de colaboração, disputam os sentidos que desejam ver atribuídos a algo/alguma coisa.

contra outros grupos, uma tal norma, um tal princípio [princípio do interesse público] podem de fato encontrar realização? Além do fato de que cada grupo tende a identificar o interesse nacional com o interesse do próprio grupo, será que existe algum critério geral capaz de permitir a distinção entre o interesse geral e o interesse particular deste ou daquele grupo, ou entre o interesse geral e a combinação de interesses particulares que acordam entre si em detrimento de outros?

Assim, no embate travado entre os antitabagistas e os defensores do setor produtivo do tabaco, cada força em disputa apresenta-se como defensora do interesse público, mobilizando argumentos específicos para legitimar suas posições, argumentos estes que, discursivamente, acionam razões e valores reconhecidos como legítimos pela sociedade. Sob essa ótica, no debate sobre controle do tabaco tensionam-se e contrapõem-se as ideias de controle do Estado x direito à liberdade individual de escolha; saúde pública e meio ambiente x doença, morte e poluição; trabalho, geração de riqueza e impostos x desemprego, perdas financeiras e restrição do desenvolvimento econômico.

#### A PESQUISA: CORPUS E METODOLOGIA DIALÉTICA DO GOSTO

Retomando-se o objetivo deste estudo – analisar as representações do debate público sobre controle do tabaco em matérias jornalísticas, publicadas nos jornais *A Gazeta do Sul*, *Zero Hora* e *O Estado de São Paulo*, sobre a 5ª Conferência das Partes, (COP 5) – importa agora explicitar os critérios adotados para seleção do *corpus* de pesquisa e a metodologia empregada na análise.

Na seleção dos periódicos cujas matérias jornalísticas compõem o *corpus* deste estudo, foram considerados critérios como a vinculação dos periódicos às regiões produtoras de tabaco, a diversidade dos periódicos em termos de área de abrangência (local, regional e nacional) e/ou seu caráter de referência para o jornalismo (local, regional e nacional). Assim, considerando-se que o Rio Grande do Sul é o maior estado produtor e exportador de tabaco do Brasil, optou-se pela seleção de um periódico de abrangência e referência locais (*A Gazeta do Sul*), situado no município de Santa Cruz do Sul/RS, e outro de abrangência e referência regionais (*Zero Hora*), situado na capital do estado, Porto Alegre. A escolha do jornal *A Gazeta do Sul* foi reforçada pelo fato de que o município de Santa Cruz do Sul é sede da região do estado que mais produz e exporta tabaco no Brasil, denominada Vale do Rio Pardo. O periódico *O Estado de São Paulo*, situado em São Paulo/SP, foi selecionado com o intuito de contar com um jornal de abrangência nacional e de referência no jornalismo brasileiro<sup>4</sup>. Além disso, com o propósito de permitir a análise sobre uma cobertura jornalística “externa” acerca do tema, no sentido de verificar se a visão de um veículo de imprensa situado numa região que não depende economicamente da produção de tabaco apresentaria uma perspectiva diferente.

Com referência à seleção das matérias jornalísticas analisadas em cada periódico, optou-se por todas aquelas que trataram do evento 5ª Conferência das Partes (COP 5), realizado de 12 a 17 de novembro de 2012, em Seul, na Coreia do Sul, por ser esse evento o mais importante,

<sup>4</sup> O principal jornal de referência no país é o jornal Folha de São Paulo. Contudo, nenhuma matéria jornalística sobre a COP 5 foi veiculada nesse jornal, que publicou apenas um artigo de opinião sobre o evento. Por esse motivo, optou-se por selecionar o jornal O Estado de São Paulo. Vale ressaltar que a ausência de cobertura jornalística por parte da Folha de São Paulo é significativa: apesar da relevância do evento para a discussão sobre políticas de saúde pública, o mais importante jornal do país optou por não incluí-lo em sua pauta.

em nível mundial, para o debate público sobre produção, comercialização e consumo de tabaco. A Conferência das Partes é realizada anualmente desde 2008, em diferentes cidades do mundo, com o objetivo de promover a implementação da CQCT e reunir organizações da área da saúde pública envolvidas nas discussões sobre o tema, sendo vetada a participação de empresas e organizações ligadas ao sistema produtivo do tabaco. A quinta edição (COP 5) teve como proposta principal fomentar o debate sobre medidas para a redução do número de fumantes e dos riscos decorrentes da exposição à fumaça do cigarro. Considerando-se que as matérias jornalísticas sobre a COP 5 compreenderam um período pré e pós-evento, os conteúdos analisados foram publicados no período de 10 a 19 de novembro de 2012, incluindo, portanto, edições referentes aos dois dias anteriores e aos dois dias posteriores à realização da conferência.

O total de matérias publicadas e analisadas foi seis, sendo quatro no jornal *A Gazeta do Sul*, uma em *Zero Hora* e uma no *Estado de São Paulo*. Percebe-se que a vinculação e proximidade do periódico *A Gazeta do Sul* à região produtora de tabaco resultou em cobertura mais intensa da COP 5, com a publicação de maior quantidade de matérias sobre o evento. Os títulos das matérias, as editorias a que pertencem, os respectivos periódicos e a data de publicação estão no **quadro 01**.

**Quadro 01: Matérias de cobertura da COP 5**

Título	Editoria	Periódico	Data
Governo é acusado de recuar ante tabagistas	Geral	O Estado de São Paulo	17/11/2012
Redução de plantio fica fora de acordo	Campo e Lavoura	Zero Hora	19/12/2012
Setor teme pelo futuro do sistema de produção	Rural	A Gazeta do Sul	12/11/2012
Mobilização à parte na Coreia do Sul	Geral	A Gazeta do Sul	13/11/2012
País confirma ser contra a redução das lavouras	Estado	A Gazeta do Sul	16/11/2012
COP 5 retira restrições ao plantio de fumo	Geral	A Gazeta do Sul	17/12/2013

Fonte: elaborado pelos autores

Com relação à metodologia utilizada na análise, além de evidenciar o conteúdo manifesto das matérias jornalísticas selecionadas, empregaram-se alguns elementos da Análise de Discurso (AD) para compreender de modo

mais aprofundado as representações midiáticas do debate público sobre controle do tabaco. A AD permite articular “os processos e as condições de produção da linguagem”, colocando em relevo a “relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2009: 16). Nessa perspectiva, o discurso não se confunde com a ideia de mensagem ou informação baseada em códigos que se referem a determinados elementos da realidade, mas pode ser compreendido como efeito de sentidos “produzidos em condições determinadas e [...] presentes no modo como se diz [...]” (ORLANDI, 2009: 30). Atentando-se para o fato de que o discurso é uma prática social, entende-se que os textos (verbais, escritos ou de outra natureza) “são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental”, assumindo papel decisivo “na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade” (PINTO, 2002: 28).

Para compreender os sentidos de um texto através da AD, é preciso enxergar a existência “de duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica<sup>5</sup>” (BENETTI, 2007: 111). Do ponto de vista metodológico, a análise propriamente dita tem início no texto, através da identificação das “formações discursivas”. A formação discursiva “se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2009: 43). A formação discursiva pode ser compreendida então como “uma espécie de *região de sentidos*, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido – este segundo sentido, por sua vez, constituiria uma segunda formação discursiva” (BENETTI, 2007: 112). O trabalho do analista consiste então em localizar as marcas discursivas dos sentidos nucleares de um texto, agrupando-os em torno de diferentes formações discursivas para, a partir delas, compreender as formações ideológicas (relacionadas ao contexto dos sujeitos que produzem o discurso) implicadas nesse texto.

Sob essa ótica, a partir da análise realizada, foi possível identificar duas formações discursivas principais, no que tange ao debate sobre o controle do tabaco, nas matérias analisadas: 1) a defesa da saúde pública e 2) a defesa da economia produtiva do tabaco.

#### A DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Nas matérias analisadas, a defesa da saúde pública, como uma das formações discursivas presentes no debate sobre o controle de tabaco, relaciona-se principalmente ao relato jornalístico das manifestações de ONGs antitabagistas, especialmente da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT), da qual integrantes são citados como fontes de informação e têm declarações reproduzidas por alguns dos periódicos selecionados.

O discurso da defesa da saúde pública manifesta-se a partir de alguns eixos principais: a) ênfase na importância das políticas para prevenção e redução do tabagismo mundial; b) legitimação da COP 5 como evento politicamente relevante; c) crítica à participação do Governo Federal no evento (considerada insuficiente); e d) necessidade de debater alternativas

<sup>5</sup> Benetti (2007: 111) salienta que a expressão “ideológica” não deve limitar a visão do pesquisador. Conforme a autora, também o imaginário, que é “anterior à ideologia e diz respeito a substratos que esta última desconsidera” tem a mesma importância que a ideologia para a construção dos sistemas de significação.

economicamente viáveis à produção do fumo (objeto dos artigos 17 e 18 da CQCT). Importa salientar que somente no jornal *O Estado de São Paulo* todos esses aspectos são contemplados e ganham primeiro plano na matéria publicada (“Governo é acusado de recuar ante tabagistas”, em 19/11/2012). Nos demais periódicos, a defesa da saúde pública serve como contraponto aos argumentos das organizações do setor tabagista, mas encontra pouco espaço e acaba diluída entre as várias declarações de seus oponentes.

A matéria do jornal *O Estado de São Paulo* assume o discurso da defesa da saúde pública ao construir o texto segundo a perspectiva das ONGs antitabagistas e noticiar um fato – a saída antecipada de quatro integrantes da delegação brasileira que participavam da COP 5 – que não é noticiado pelos demais periódicos analisados. O próprio título – “Governo é acusado de recuar ante tabagistas” – produz um sentido de alerta com relação à participação da delegação brasileira no evento, dando relevo à crítica e aos protestos das ONGs. A matéria relata, conforme a sequência discursiva<sup>6</sup> a seguir, que dois funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e dois funcionários do Instituto Nacional do Câncer (Inca), presentes no evento, tiveram que abandonar a discussão prematuramente:

Quatro integrantes da delegação brasileira que participavam da Conferência das Partes (COP-5) da Convenção-Quadro do Tabaco, em Seul, na Coreia do Sul, *ainda em meio às discussões*<sup>7</sup>, foram chamados de volta pelo governo. A decisão *provocou protestos de ONGs*, que atribuíram a saída antecipada *a pressões feitas pela indústria do fumo*, manifestamente contrária a propostas debatidas durante a conferência (FORMENTI, 2012)

Embora a justificativa do Ministério da Saúde seja contemplada, conforme a sequência a seguir, nenhuma declaração direta do governo é reproduzida:

O Ministério da Saúde informou que a redução do número de representantes foi decisão do governo. A intenção era, na reta final do encontro, manter uma composição mais enxuta, para torná-la semelhante às delegações de eventos similares (FORMENTI, 2012)

De modo diverso, as opiniões da diretora executiva da Associação de Controle do Tabagismo (ACT), Paula Johns, são reproduzidas diretamente duas vezes na matéria, e, indiretamente, a partir da própria narrativa da repórter responsável pela cobertura, em quase todo texto. Uma das declarações da entrevistada, reproduzida no jornal, conforme sequência destacada a seguir, sugere que o governo brasileiro se alinha ao poder econômico da indústria tabagista, mostrando-se pouco comprometido com as políticas de saúde. A afirmação supõe uma possível interferência do privado sobre o público:

“Não havia justificativa para tal ordem. A determinação foi interpretada como um *recuo pró-indústria do tabaco*”, disse a diretora executiva da Aliança de Controle do Tabagismo, Paula Johns. [...] Ela sustenta que a *redução dos integrantes da delegação ocorreu num momento em que ainda havia outros pontos importantes a serem avaliados* (FORMENTI, 2012)

<sup>6</sup> Trechos do texto analisado que foram recortados para a interpretação do pesquisador.

<sup>7</sup> Alguns trechos das sequências discursivas destacadas na análise foram grifados pelos autores para evidenciar as marcas de linguagem que produzem sentidos pertinentes ao objetivo do estudo.

O subtítulo da matéria (“Mal-estar”) é retirado de outra declaração da representante da ACT, o que enfatiza o sentido por ela proposto (desconforto dos participantes do evento com a decisão do governo) e tende a reforçar a credibilidade de sua posição, na medida em que é assumida pela repórter-narradora. Vale ainda observar que nenhuma opinião da indústria é reproduzida ou mencionada na matéria.

Se a perspectiva da defesa da saúde pública é dominante na matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, o mesmo não ocorre nas matérias dos demais periódicos analisados neste trabalho. *Zero Hora* e *A Gazeta do Sul* tendem a apresentar as opiniões e declarações de representantes das ONGs antitabagistas ou dos órgãos governamentais de saúde numa perspectiva defensiva, já que, nas matérias desses periódicos, o enquadramento do debate sugere que as políticas resultantes da COP 5 podem ameaçar o sistema de produção agrícola nas regiões que concentram o cultivo do tabaco. Nessas matérias, os representantes do discurso da defesa da saúde enfatizam, de forma aparentemente estratégica, que a proposta do evento não é prejudicar a produção do tabaco nem reduzir a área de cultivo do produto, mas criar novas possibilidades de plantio para os produtores e promover a redução do hábito de fumar, conforme se verifica nas sequências a seguir:

Coordenador [...] da Aliança de Controle do Tabagismo, Guilherme [...] de Almeida, avalia que *a argumentação da cadeia produtiva está distorcida*:

- O que se discute não é a redução de área, mas opções ao produtor que deseja diminuir ou diversificar a área. E são recomendações, não obrigações (KANNENBER, 2012).

A secretária [...] da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (Coniq), Tania Cavalcanti, já havia reiterado que *o Brasil não apoiaria a minuta que traz a recomendação para que os países produtores reduzam a área plantada com tabaco e para que diminuam os benefícios aos agricultores*. Segundo defende, a proposta não é legitimada pela Convenção, *que visa reduzir o hábito de fumar e não prejudicar a produção de tabaco em folha pelos produtores* (GULART, 2012).

Nessas sequências, os representantes da ONG e do órgão governamental de saúde parecem adotar, como já observado, uma estratégia defensiva, na medida em que evitam o confronto argumentativo direto com o setor produtivo, isto é, não assumem que uma possível consequência da redução do número de fumantes seja exatamente a diminuição da área plantada. Ora, é evidente que uma retração no consumo implicaria decréscimo da produção. Ao negar esse nexo, o discurso de defesa da saúde pública parece visar à desqualificação dos argumentos das organizações tabagistas e, ao mesmo tempo, pautar a discussão pelo viés do consumo (redução do número de fumantes), e não da produção (provável redução da área plantada e possíveis perdas para o setor produtivo).

## A DEFESA DA ECONOMIA PRODUTIVA DO TABACO

A outra formação discursiva presente no debate sobre controle do tabaco e nas matérias analisadas é a defesa da economia produtiva do tabaco, que se relaciona principalmente às manifestações de organizações econômicas relacionadas à indústria tabagista. As opiniões de representantes dessas organizações ganham primeiro plano nas matérias dos jornais *Zero Hora* e *A Gazeta do Sul*. Tal discurso manifesta-se a partir dos seguintes eixos: a) preocupação e temor com o possível desmonte do sistema de produção agrícola da fumicultura (ameaça à extensão rural e à assistência técnica, bem como possibilidade de empobrecimento da região produtora); b) geração de emprego e renda por parte da indústria do tabaco; c) ameaça à produtividade e à qualidade do tabaco produzido no Brasil; d) deslegitimação da COP 5, enfatizando a proibição de acesso ao evento de representantes do setor produtivo do fumo; e) ênfase nas políticas de combate ao comércio ilícito do tabaco; f) posição do governo brasileiro contrária à redução das áreas de cultivo; e g) tradição do plantio.

A matéria de *Zero Hora* “Redução de plantio fica fora do acordo”, publicada em 19/11/2012, tende a assumir a defesa do sistema produtivo ao noticiar, como principal resultado da COP 5, a não inclusão dos artigos 17<sup>8</sup> e 18<sup>9</sup> da CQCT no acordo firmado entre os participantes do evento. Percebe-se, na sequência reproduzida a seguir, que as prováveis consequências da implementação dos referidos artigos (como redução da área plantada e restrições de crédito aos produtores) são dadas como certas e inevitáveis.

Se os artigos fossem incluídos, os produtores *teriam que reduzir a área de produção* do fumo e *haveria restrições de crédito* para os que não diversificassem o cultivo (KANNENBERG, 2012).

Vale notar que os artigos mencionados tratam de diversificação e gestão ambiental, sem fazer qualquer menção explícita à redução da área de plantio do tabaco e a restrições de crédito. No caso da redução da área de plantio, trata-se de uma consequência possível da diversificação. No caso das restrições de crédito ao produtor, não há relação necessária com o que propõem os referidos artigos, já que a diversificação da produção e o aprimoramento de sua gestão ambiental podem ser obtidos a partir de políticas públicas de natureza diversa (por exemplo, incentivos financeiros ao cultivo de outros produtos, sem necessariamente reduzir o crédito atual para o cultivo do tabaco). Ainda em *Zero Hora*, o subtítulo da matéria – “Decisão é considerada uma vitória pelos produtores rurais” – produz o sentido de que os agricultores estão em lado oposto ao das ONGs antitabagistas e órgãos governamentais de saúde, dos quais são possíveis vítimas ou combatentes. Na sequência discursiva a seguir, que reproduz uma declaração do presidente da Câmara Setorial do Tabaco, Romeu Schneider, esse sentido é atualizado, na medida em que sugere não apenas a ineficácia das restrições ao setor produtivo como forma de reduzir o número de fumantes, mas também assinala que alguém “pagaria a conta” de tais restrições: o agricultor.

<sup>8</sup> Artigo 17: “As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”.

<sup>9</sup> Artigo 18: “Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente.”

- Os países se deram conta de que *restringir a produção não vai diminuir o número de fumantes, só prejudicar os produtores que dependem da cultura [...]* (KANNENBER, 2012).

Na mesma direção, a *Gazeta do Sul*, periódico que apresentou a mais extensa cobertura da COP 5, com matérias publicadas nos dias 12, 13, 15 e 17 de novembro de 2012, reproduziu todos os eixos principais do discurso de defesa do setor produtivo do tabaco. A matéria anterior ao início do evento, “Setor teme pelo futuro do sistema de produção”, publicada em 12/11/2012, não especifica os principais objetivos da conferência e dá relevo às expectativas do setor tabagista com relação aos resultados do evento, conforme a sequência discursiva a seguir:

As regiões produtoras de tabaco no Brasil estão *ansiosas* com o início da 5ª Conferência das Partes (COP 5) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, nesta semana [...]. Uma das maiores preocupações [...] é a possibilidade de prejuízos ao sistema integrado de produção de tabaco, que completa 95 anos em 2013 (TREICHEL, 2012a).

Observa-se que o uso dos termos “ansiosas” e “preocupações” sugere um estado de alerta, destacando a expectativa de que o evento poderá provocar impactos negativos para as regiões produtoras. O texto promove uma generalização ao atribuir o temor às “regiões produtoras de tabaco”, como se a expectativa não fosse apenas da indústria tabagista e dos produtores rurais, mas de toda população que habita essas regiões. Além disso, enfatiza os prováveis prejuízos ao sistema integrado de produção (sistema contratual que rege a relação entre os fumicultores e as empresas do setor), destacando sua tradição quase centenária, como forma de valorizá-lo frente a possíveis restrições impostas pela implementação de políticas públicas antitabagistas. A preocupação é justificada, mais uma vez, pela possibilidade de que os agricultores sejam prejudicados:

A justificativa [para a preocupação com a realização da COP 5] é que o corte em mecanismos de suporte aos produtores, como a assistência técnica, desestruturaria o setor fumageiro, com prejuízos diretos aos produtores (TREICHEL, 2012a).

Na mesma direção, a matéria reproduz declarações de técnicos agrícolas e gerentes de empresas tabagistas que acionam questões diretamente relacionadas ao cotidiano dos produtores e à qualidade do tabaco produzido no Brasil, como é o caso da extensão rural e da assistência técnica, ao mesmo tempo em que salientam os aspectos positivos da relação indústria-fumicultor:

Conforme o gerente [...] da Alliance One [empresa tabagista], Cladir Lorencetti, a possível supressão da extensão rural iria impactar na renda das famílias integradas, além de afetar a produtividade e a qualidade do tabaco produzido no País (TREICHEL, 2012a).

Um dos pilares do sistema [...] é a *assistência técnica oferecida pelas empresas fumageiras* aos agricultores integrados. A Alliance One aposta na *capacitação dos profissionais do campo para levar informações e tecnologias às famílias* (TREICHEL, 2012a).

Observa-se que a assistência técnica tende a assumir forte apelo simbólico para os agricultores, já que os funcionários da indústria do tabaco que orientam os processos de plantio e colheita – denominados instrutores técnicos – são, de modo geral, pessoas da própria comunidade, que, imersos na realidade da região produtora, compartilham as histórias, a linguagem, os códigos culturais e os valores locais. Embora a supressão da assistência técnica e da figura do instrutor não façam parte da pauta do debate da COP 5, ela é evocada como efeito possível (e indesejado) do evento.

O sentido de deslegitimação da conferência também é produzido a partir da ideia de que seus realizadores não se mostram abertos ao diálogo. A matéria “Mobilização à parte na Coreia do Sul”, publicada em 13/11/2012, ressalta que os representantes da indústria do tabaco e das organizações dos produtores rurais não tiveram acesso à COP 5 e, por esse motivo, foram levados a organizar um evento paralelo, aberto ao público e à imprensa. Contrasta-se, dessa forma, a atitude democrática de um grupo (indústria e produtores), frente à atitude não-inclusiva do outro (ONGs e órgãos governamentais de saúde):

Sem acesso aos debates no primeiro dia da 5ª Conferência das Partes (COP 5) [...] lideranças ligadas ao setor produtivo do fumo tiveram que realizar um evento paralelo [...]. Enquanto a COP 5 seguia a portas fechadas, a Associação Internacional do Tabaco (ITGA) promoveu uma coletiva de imprensa [...] para abordar a importância econômica do plantio de fumo (TREICHEL, 2012b).

Assim como em *Zero Hora*, as matérias da *Gazeta do Sul* levam a crer que os artigos 17 e 18 da CQCT preveem redução do plantio e restrições ao crédito. A não inclusão dos artigos é destacada como motivo de comemoração, a partir de declarações de lideranças regionais e mesmo políticas vinculadas ao Vale do Rio Pardo, que se alinham aos anseios e objetivos do setor produtivo:

“O País reafirmou que não acataria medidas contrárias à redução de área plantada com tabaco”, comemorou o *deputado estadual* Marcelo Moraes [...] (GULART, 2012).

Ao conferir visibilidade aos efeitos possíveis (e, por vezes, imaginados) da COP 5 para as comunidades fumicultoras e, também, ao triunfo das organizações tabagistas na batalha pela não inclusão de artigos da CQCT considerados prejudiciais às regiões de cultivo, o discurso da defesa da economia produtiva materializa-se, ainda, através de um silenciamento a respeito das discussões sobre redução no número de fumantes, doenças relacionadas ao consumo do cigarro, diversificação agrícola e proteção ao meio ambiente, temáticas centrais na agenda do evento.

## CONSIDERAÇÕES

O debate público sobre o controle do tabaco - temática que, nas últimas décadas, vem assumindo crescente visibilidade pública e motivando intensas disputas simbólicas protagonizadas por agentes do Estado e da sociedade civil - mobiliza, confronta e contrapõe diferentes proposições, defendidas pelos diversos sujeitos interessados na definição de políticas públicas relacionadas à produção, ao comércio e ao consumo desse produto. As proposições em embate (argumentos, pontos de vista, visões de mundo) materializam-se discursivamente na arena midiática, na qual cada agente envolvido no processo argumentativo visa a legitimar-se perante a sociedade. A partir da análise de matérias jornalísticas sobre a COP 5 nos jornais *A Gazeta do Sul*, *Zero Hora* e *O Estado de São Paulo*, este trabalho evidenciou que as representações midiáticas desse debate tendem a enfatizar seus aspectos econômicos (em especial, os possíveis prejuízos causados aos produtores rurais a partir da adoção de medidas restritivas ao cultivo do tabaco), em detrimento das questões ligadas à saúde humana, aos possíveis benefícios sociais da diversificação em áreas produtivas de tabaco e ao meio ambiente.

Na matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, o discurso da defesa da saúde pública apresentou-se predominante, sugerindo que a não vinculação do periódico a uma região produtora de tabaco tende a permitir menor influência do campo econômico (indústria tabagista) na representação do debate público em foco neste estudo. Trata-se, contudo, apenas de um indício, pois, para comprovar tal hipótese, seria preciso coletar mais dados e verificar como essa cobertura se dá num marco temporal mais amplo. No caso dos jornais *Gazeta do Sul* e *Zero Hora*, o predomínio do discurso da defesa da economia produtiva do tabaco sugere - embora também se fizesse necessário outro estudo empírico para comprovar tal hipótese - não apenas a interferência do setor privado na representação do debate, como também a influência dos públicos para os quais esses jornais se dirigem - isto é, as comunidades que tendem a depender economicamente da produção e do comércio do tabaco.

De qualquer forma, o que a análise permite inferir são as estratégias discursivas empregadas pelas diferentes forças em disputa: a proposição da defesa da saúde pública enfatiza principalmente os aspectos relacionados ao consumo do tabaco (redução no número de fumantes), em detrimento das possíveis consequências que esses aspectos poderiam produzir para o setor produtivo; já a proposição da defesa da economia do tabaco tende a atualizar o fantasma do esvaziamento produtivo em regiões como a do Vale do Rio Pardo (RS), ressaltando as perdas financeiras, mas também sociais e culturais, que eventuais medidas restritivas ao setor poderiam ocasionar. O que se observou nas matérias analisadas foi mais uma afirmação de "verdades" do que um estímulo à discussão, oferecendo à sociedade civil uma "comunicação de mão única", na qual os argumentos relacionados à saúde humana e ao meio ambiente tendem a encontrar pouco espaço. Também é possível afirmar que a ênfase midiática na ameaça da redução da área plantada de tabaco tende a obscurecer as discussões sobre diversificação produtiva e possibilidade de geração de outras formas de renda para o produtor rural. Assim, especialmente nos jornais que apresentam vínculo

forte à região de fumicultura, o embate resulta desequilibrado. Entende-se que as medidas para o controle e o estímulo à redução espontânea do consumo de cigarros têm sido o principal foco de atenção da CQCT e, conseqüentemente, da Conferência das Partes, mas a cobertura midiática tende a apresentar desvios de sentido. A diminuição gradativa do plantio, concebida pela CQCT como espontânea, e condicionada a estímulos de diversificação para o produtor, tende a ser tratada, nas matérias sobre a COP 5, como objetivo final e inevitável do tratado, atualizando temores relacionados ao possível empobrecimento das regiões que concentram o cultivo do tabaco.

#### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA. Fumicultura Brasil. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BALDISSERA, Rudimar. Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação. 219f. Porto Alegre: 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2004.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_ Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 2007.

ELLWANGER, Rozana. COP 5 retira as restrições ao plantio de fumo. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 17 e 18 nov. 2012, Geral, p.7.

FORMENTI, Ligia. Governo é acusado de recuar anti tabagistas. O Estado de São Paulo, São Paulo. Geral, 17 nov. 2012, p. 13.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GAMSON, William. Falando de política. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.

GULART, Jeniffer. Pais confirmam-se contra a redução das lavouras. Gazeta do Sul. Santa Cruz do Sul, 15 nov. 2012. Estado, p. 13.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.). Representation: cultural representation and cultural signifying practices. London: Sage/Open University, 2007.

KANNENBERG, Vanessa. Redução de plantio fica fora do acordo. Zero Hora. Porto Alegre. Campo e Lavoura, p.18.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Princípio e Procedimentos. 8ª edição. Campinas: Pontes, 2009.

PINTO, Milton José. Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos. 2ª edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SINDICATO Interestadual da Indústria do Tabaco – SINDITABACO. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/>>. Acesso em 03 agos. 2015.

TREICHEL, Michelle. Setor tem papel de futuro do sistema de produção. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 12 nov. 2012. Rural, p. 9.

\_\_\_\_\_. b. Mobilização à parte na Coreia do Sul. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 13 nov. 2012b. Geral, p.4.

WORLD BANK. Curbing the Epidemic: Governments and the Economics of Tobacco Control. Washington: World Bank, 1999.